

DAR O PEIXE OU ENSINAR A PESCAR? O dilema conceitual dos estudos sobre inovação social

THAÍS TELES FIRMINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

thaistfirmino@gmail.com

ANDRÉ GUSTAVO CARVALHO MACHADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

agcmachado@gmail.com

DAR O PEIXE OU ENSINAR A PESCAR? O dilema conceitual dos estudos sobre inovação social

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Os estudos em Inovação Social (IS) são marcados pela miríade de trabalhos provenientes de visões distintas, o que ocasiona ambiguidade conceitual e delimitações teóricas inevidentes (BIGNETTI, 2011; CAJAIBA-SANTANA, 2014; PHILLIPS et al., 2015; VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016). Assim, ainda não existe uma lógica dominante dentro deste tema (CHALMERS, 2013; NICHOLLS; SIMON; GABRIEL, 2015). Por esta razão, as pesquisas permanecem dispersas em abordagens diversas, tais como: psicologia comunitária, empreendedorismo social, desenvolvimento local, gestão pública e criatividade (VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016). Adicionalmente, os desafios sociais estão presentes em diversas áreas, por exemplo: saúde, educação, trabalho, moradia, cor da pele, sexo e distribuição de renda. Também por este motivo a inovação social é interdisciplinar, abrigando abordagens de várias áreas de conhecimento que atuam sob ângulos distintos.

Além disso, por meio da análise da evolução dos estudos sobre o tema, foi possível verificar que as perspectivas dos textos tendem a ser mais dicotômicas e excludentes do que integradoras. Por outro lado, identificou-se um ponto comum na literatura pesquisada: as inovações sociais são desenvolvidas em um processo colaborativo que pressupõe interações entre diversos atores organizacionais de modo que, juntos, constituem uma rede (SILVA; BITENCOURT, 2016), sistema (PHILLIPS et al., 2015) ou *cluster* (TANIMOTO, 2012) de inovação social. Ademais, Silveira e Zilber (no prelo) asseveram que o tema tem basicamente dois destinos: esmorecer e ficar à sombra dos estudos em inovação tecnológica ou continuar a ser investigado em busca de um *framework* teórico mais consistente.

Van der Have e Rubalcaba (2016), por sua vez, identificaram que as publicações do tema têm apresentado franco crescimento desde 2003. A explicação para este crescente interesse parece estar no número cada vez maior de problemas sociais, econômicos e ambientais, bem como nas mudanças da sociedade e cultura (MURRAY; MULGAN; CAULIER-GRICE, 2008; NICHOLLS; MURDOCK, 2012; GRIMM et al., 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Em vista disso, é coerente afirmar que novas iniciativas para atender aos problemas oriundos destas discrepâncias são convenientes, caracterizando um amplo campo de estudos e prática da IS. Ao mesmo tempo, verificou-se também que o tema inovação social ainda está em amadurecimento, demandando maior clareza conceitual e robustez das perspectivas teóricas (MULGAN et al., 2007; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; SILVEIRA; ZILBER, no prelo). Inclusive, no Brasil, as pesquisas ainda são bastante incipientes, caracterizando um campo fértil para contribuições (PATIAS et al., 2015; AGOSTINI et al., 2016).

Logo, percebe-se ser oportuna e útil a elaboração de ensaios teóricos que contribuam para o avanço do conhecimento sobre IS, uma vez que, segundo Bertero (2011), estes visam o esboço de teorias e se caracterizam pela originalidade e criatividade nesta empreitada. Nesta perspectiva, o mesmo autor chama a atenção para o fato de que um ensaio, apesar de implicar em uma necessária revisão da literatura, diferencia-se desta justamente por seu caráter desbravador, de modo que a escrita deste tipo de texto apresente a articulação dos conhecimentos acumulados sob um novo prisma.

Em tempo, os estudos em inovação social têm recebido maior atenção no âmbito prático, levando a avanços para além das fronteiras acadêmicas (SILVA; BITENCOURT, 2016). Assim, expressivas contribuições conceituais têm sido realizadas por centros de pesquisa de universidades, tais como o “Centre de recherche sur les innovations sociales – CRISES” no Canadá e o “Centre for Social Innovation at the Stanford Graduate School” nos

Estados Unidos. Além destes, organizações direcionadas ao desenvolvimento de políticas públicas, à prática e pesquisa da IS, a exemplo “The Young Foundation”, “Nesta” e “European Commission” no Reino Unido e a “OECD” em nível mundial (POL; VILLE, 2009; SILVA; BITENCOURT, 2016) também têm empreendido esforços em prol da compreensão da temática.

Em virtude da natureza emergente do tema, assim como pela intenção de delinear novos pontos de vista teóricos, para execução deste ensaio teórico realizou-se, inicialmente, uma revisão integrativa de literatura (TORRACO, 2005), utilizando-se as bases de dados *Scopus* e *Scielo* por meio do Portal Periódicos CAPES em razão de suas relevâncias e interdisciplinaridade, além da inclusão de publicações de autores brasileiros. Em complemento, foram considerados os estudos das organizações e centros de pesquisa supracitados, assim como pesquisas indicadas por estudiosos do tema, conforme sugerem Tranfield, Denyer e Smart (2003). Neste processo, adotou-se como critério de seleção: considerar apenas artigos de periódicos revisados por pares na expectativa de selecionar documentos verificados em um processo rigoroso e que discutissem conceitos ou modelos de análise, gestão ou mensuração da inovação social. Mediante a exclusão dos artigos em desalinho com este direcionamento, a amostra se constituiu de 44 publicações.

Assim, a partir da leitura dos artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e relatórios de pesquisas, percebeu-se que alguns aspectos dentro deste tema se mostravam frágeis, constatando-se que a ambiguidade conceitual presente nos estudos parte dos seguintes impasses: o uso do termo em referência a processos e/ou resultados, as fontes de inovação social (quem a promove), bem como a discordância a respeito dos resultados (o que é produzido) e sua abrangência (quem é afetado). Diante disso, são gerados alguns questionamentos: a inovação social é empreendida com o propósito exclusivo de solucionar desafios sociais? Ela deve sempre atender demandas de grupos marginalizados? Qualquer indivíduo ou organização pode desenvolver inovações sociais ou é uma ação característica do terceiro setor? Qual unidade de análise pode ser utilizada em pesquisas empíricas? Afinal, o que é uma inovação social e como pesquisa-la?

Partindo destas reflexões, este ensaio pretende desenvolver argumentos que não apenas contribuam para a construção de respostas às questões supracitadas, mas também sustentem as seguintes proposições: (1) a inovação social é uma prática que apresenta formas mais ou menos duráveis, intangíveis, irreplicáveis, empoderadoras e participativas; e (2) a etnometodologia se apresenta como um caminho possível para sua investigação empírica. Diante disso, nas seções seguintes são discutidos os impasses supracitados causadores da ambiguidade conceitual no intuito de conduzir o leitor pelo raciocínio utilizado para a construção das referidas proposições, além de situá-lo nas reflexões que provocaram a escrita deste ensaio e apresenta-lo ferramentas teóricas que facilitem a investigação empírica dentro da perspectiva proposta.

2 AS CONCEPÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL

A consistência conceitual é essencial para aprimorar a comunicação interdisciplinar dos estudos em inovação social (POL; VILLE, 2009). Em vista disso, buscou-se apresentar neste ensaio uma perspectiva teórica visando integrar as compreensões acerca do fenômeno ao propor o entendimento da IS a partir de um *continuum* que abrange suas fontes e resultados. É importante salientar que não se pretende propor um ponto de vista irrefutável e definitivo, mas sim lançar outros olhares na busca por diálogos entre as diferentes abordagens e viabilizar o desfrute da característica interdisciplinar do tema. Diante disso, nesta seção são apresentadas as divergências identificadas entre os conceitos com vistas à apresentação de uma concepção integrativa.

Assim, identificou-se que o termo inovação social é utilizado para se referir tanto aos elementos (materiais ou imateriais) que atendem a demandas sociais quanto ao uso de novos processos sociais para responder a estas demandas (DAWSON; DANIEL, 2010; SHARRA; NYSSSENS, 2010; GRIMM et al., 2013). Em vista disso, percebe-se que parte da dificuldade para se definir IS está relacionada ao seu uso indiscriminado para fins e meios, isto é, produtos/resultados e processos. Diante disso, sabendo que o processo colaborativo é um aspecto convergente, entende-se que este pode ser incluído nos conceitos de IS, combinando estes elementos de modo a se alcançar uma definição mais compreensiva (SHARRA; NYSSSENS, 2010).

Aliás, observa-se que muitos autores se concentram em características processuais da inovação social (DAWSON; DANIEL, 2010; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Enquanto isso, outros a entendem como resposta a uma demanda social (MULGAN et al., 2007; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; POL; VILLE, 2009), assumindo um caráter mais utilitarista. Ao mesmo tempo, é notável que a mescla entre produto e processo presente em alguns conceitos (HOWALDT; SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014) envolve a atenção às práticas sociais, assumindo um caráter mais sociológico. As práticas sociais, por sua vez, são aqui entendidas como “operações básicas cuja execução e repetição levam à estabilidade e instabilidade, assim como à ordem e ao surgimento de algo novo” (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015, p. 43). Neste raciocínio, a inovação social tem por finalidade a mudança no comportamento coletivo, manifestando-se por meio de novas práticas oriundas de um processo colaborativo e contínuo. Portanto, a análise do seu processo deve considerar a existência de uma situação anterior e outra posterior (MAURER; SILVA, 2015; AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016).

Ademais, no que tange aos resultados da inovação social, as divergências conceituais envolvem sua abrangência e unidade de análise. Afinal, será inovação social apenas quando resolver um problema/desafio social de camadas desfavorecidas da sociedade ou também ao produzir qualquer mudança social (MAURER; SILVA, 2015)? Neste sentido, argumenta-se que o “social” do conceito deve ser entendido como o que “pertence à sociedade ou tem em vista suas estruturas ou condições” (ABBAGNANO, 2007, p. 912). Portanto, a IS não é necessariamente empreendida com o único intuito de resolver um problema de grupos marginalizados, mas envolve uma mudança nas práticas da sociedade, seja em sua totalidade ou em seus estratos. Dessa maneira, considerando que os estratos são representações da sociedade, a IS pode ser direcionada a grupos socialmente excluídos ou não, organizações formais ou não, territórios desfavorecidos ou não. Apesar disso, há grandes expectativas em relação a este tipo de inovação para a resolução de problemas sociais (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016).

Diante disso, considerando a concepção da inovação social como prática, é possível superar a discussão de que a inovação social só é realizada por meio de iniciativas de organizações sem fins lucrativos ou empreendedores sociais, uma vez que as novas práticas intencionam mudanças no comportamento coletivo. Dessa forma, suas fontes, ou seja, seus promotores ou proponentes, podem ser diversos: instituições públicas, movimentos sociais, empreendedores sociais, organizações com e sem fins lucrativos. Aliado a isso, percebe-se que deixa de fazer sentido a preocupação em diferenciar a IS de outras inovações pela justificativa de uma natureza não mercantil, objetivando o bem comum, pois desde que haja uma mudança nas práticas por meio de um processo novo, coletivo e intencional, se configurará uma inovação social (HOWALDT; SCHWARZ, 2010).

Nesta perspectiva, a mudança da inovação social é bem-sucedida quando socialmente aceita por aqueles afetados por ela (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015). Diante disso, envolver o grupo-alvo no desenvolvimento das inovações

aumenta suas chances de sucesso, uma vez que estas pessoas conhecem sua realidade e necessidades (HOWALDT; SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2012). Neste sentido, infere-se que seu surgimento pode objetivar minimizar as discrepâncias entre os estratos sociais, como por exemplo, para suprir necessidades humanas básicas e incluir grupos marginalizados, ou tirar proveito de oportunidades latentes geralmente percebidas pelo mercado, como a comunicação via internet, aparelhos móveis e o uso do dinheiro. Assim, tais oportunidades envolvem tanto a integração de mudanças nas relações sociais ao difundir inovações tecnológicas quanto uma nova agenda para os negócios na sociedade (NICHOLLS; MURDOCK, 2012).

Diante do exposto, argumenta-se que a principal unidade de análise das inovações sociais deve ser as práticas percebidas como novas pelos envolvidos, em consonância com abordagens mais sociológicas (NEUMEIER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; NICHOLLS; SIMON; GABRIEL, 2015). Enquanto isso, as iniciativas de abordagens mais utilitaristas (MULGAN et al., 2007; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; POL; VILLE, 2009; CAULIER-GRICE, 2012), que enfocam as alternativas e soluções geradoras de mudança social, são mais bem compreendidas como meios para materializá-la, isto é, formas que ela pode assumir no intuito de gerar novas práticas. Assim, estes podem ser novos produtos, serviços, mercados, plataformas, modelos de negócio e movimentos sociais, por exemplo (HOWALDT; SCHWARZ, 2010; CHOI; MAJUMDAR, 2015; MAURER; SILVA, 2015). Dessa forma, a concepção da inovação social como prática envolve um pensar holístico e multidirecional que permite a análise dos aspectos tácitos e subjetivos das interações, desvendando os porquês inevidentes ou não facilmente observáveis.

Este argumento da unidade de análise é justificado, em primeiro lugar, por se acreditar que a visão utilitarista restringe o fenômeno à resolução de problemas sociais das camadas desfavorecidas da sociedade e, dentro deste escopo, as inovações seriam motivadas unicamente por este objetivo. Em segundo lugar, porque a visão utilitarista gera maiores confusões no que tange às delimitações do tema. Por exemplo, levantam-se questões como: de que maneira identificar as organizações cujos objetivos primários são verdadeiramente sociais? Confiar no discurso institucional? Organizações com fins lucrativos não realizam inovações sociais? Até que ponto a inovação social não é apenas uma dimensão social de inovações tecnológicas?

Além disso, é valoroso destacar que a inovação pode se materializar por meio de “novas combinações ou da hibridização de elementos existentes”, e não apenas da composição de elementos integralmente novos (BIGNETTI, 2011, p. 8). Neste sentido, a característica inovadora pode estar presente em seus resultados e/ou processos (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Desta forma, o uso do termo “novo” e suas variações neste estudo, necessariamente, referem-se à percepção de novidade a respeito do fenômeno em determinado contexto. Adicionalmente, dentro da perspectiva proposta, não se pode afirmar que a IS sempre será tida como boa, pois envolve mudanças na sociedade e a definição do que é bom irá depender do referencial utilizado, sendo um raciocínio análogo ao da percepção de novidade. Por outro lado, alguns autores (HOWALDT; SCHWARZ, 2010; HOCHGERNER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014) afirmam que as ISs são socialmente desejáveis, ainda que não necessariamente boas.

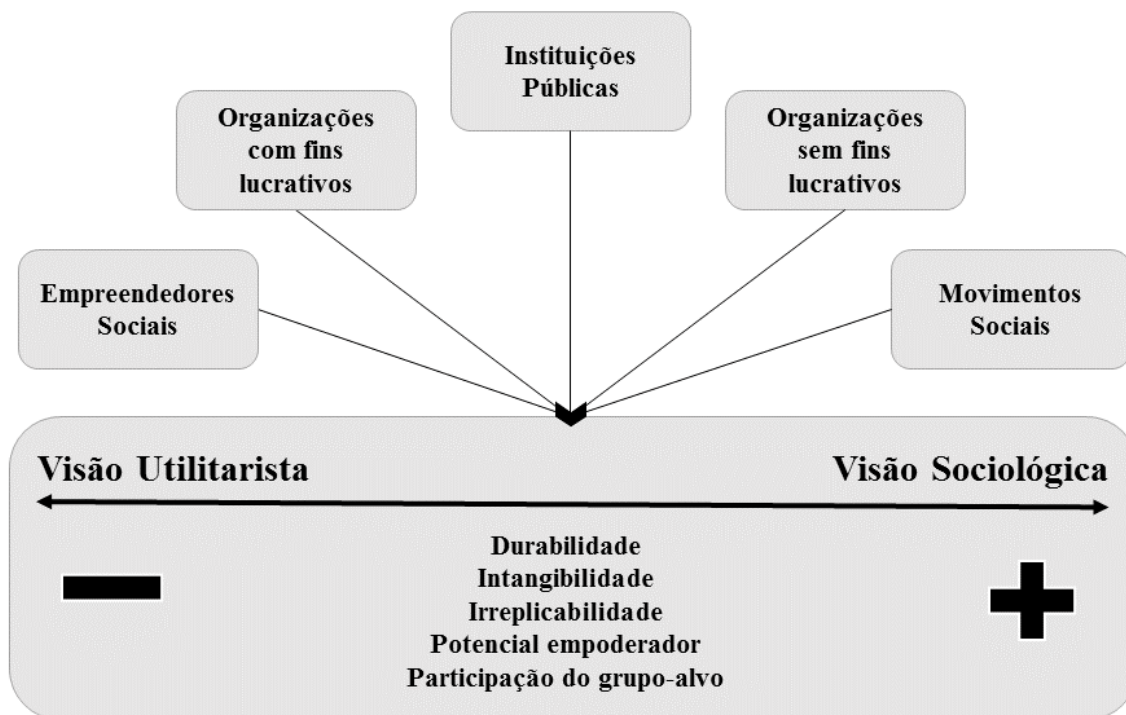
Ademais, alguns autores (MOULAERT et al., 2005; SHARRA; NYSENS, 2010; MONTGOMERY, 2016; SILVA; BITENCOURT, 2016) defendem que a IS deve visar a inclusão e/ou o empoderamento de grupos marginalizados. Contudo, considera-se que esta abordagem é restritiva, pois além de partir do entendimento de “social” como algo exclusivo aos estratos desfavorecidos, desconsidera que, em algumas ocasiões, as pessoas precisam de condições mínimas de vida antes de terem suas capacidades sócio-políticas aumentadas

(conceito de empoderamento descrito em Moulaert et al., 2005). Em contrapartida, entende-se o empoderamento aqui como processos em que as próprias pessoas se fortalecem, aumentam sua autonomia, renunciam ao estado de dependência e tomam a direção de suas vidas nas próprias mãos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Portanto, empoderar-se envolve desenvolver um senso de poder pessoal, o que não exclui a possibilidade de o indivíduo ser ajudado nesta trajetória por profissionais ou agentes externos (ibidem).

Diante disso, entende-se que a inovação social não necessariamente leva ao empoderamento. Assim, em analogia ao dilema de solução da pobreza (dar o peixe ou ensinar a pescar?), esta percepção reconhece que ambas as iniciativas podem ser inovações. Isto porque considerando que a obtenção de condições mínimas de vida é um passo necessário à continuidade da busca por maior autonomia e autodeterminação, nem sempre as inovações poderão ser empreendidas com o intuito exclusivo de promover a renúncia completa do estado de dependência dos indivíduos. Portanto, infere-se que as iniciativas mais utilitaristas são válidas (dar o peixe), não menosprezando o pressuposto das iniciativas mais sociológicas de transformar as práticas que ocasionam a situação problemática (ensinar a pescar). Por este motivo, considera-se relevante a realização da inovação social em ambas as perspectivas, desde que sejam adequadas ao contexto em questão.

Ademais, Choi e Majumdar (2015) criaram um *continuum* de formalização da IS para demonstrar que suas formas podem ser mais ou menos tangíveis, preservando as mudanças nas práticas sociais como principal unidade de análise. Neste sentido, os mesmos autores indicam que esta visão também lança luz a respeito do papel dos grupos-alvo no desenvolvimento da inovação social e a possibilidade de replicação do que foi gerado. Em virtude disso, buscou-se expandir esta conceitualização a partir da linha de raciocínio traçada nesta seção agregando novos elementos ao *continuum* e, assim, delineando uma inédita perspectiva teórica integrativa dos estudos neste tema (vide Figura 1).

Figura 1 – A Inovação Social em um *continuum*



Fonte: Elaboração Própria (2017)

Em vista disso, é possível perceber que as inovações empreendidas como respostas às demandas sociais (caráter utilitarista) tendem a ter formas mais tangíveis e, conseqüentemente, replicáveis. Além disso, seu potencial empoderador é menor em razão da menor participação do grupo-alvo no processo de inovação social e da característica paliativa destas iniciativas, que mantém o grupo-alvo como consumidores e não co-criadores da inovação (IWAMOTO; CANÇADO, 2016; MONTGOMERY, 2016). Por outro lado, aquelas que intencionam transformar as práticas que ocasionam a demanda social a ser atendida (caráter sociológico) tendem a ter formas mais intangíveis e, portanto, difíceis de replicar. Geralmente, estas contam com o maior envolvimento do grupo-alvo no processo e tem maior potencial empoderador (ibidem).

Neste ponto de vista, remonta-se a lógica análoga ao dilema para solução da pobreza: dar o peixe ou ensinar a pescar? Em virtude disso, quanto mais próximo à extremidade utilitarista do *continuum*, mais o grupo-alvo estará dependente dos proponentes/promotores das iniciativas de inovação social e, por conseguinte, em posição de consumidores de um produto ou serviço. Em contrapartida, quanto mais próximo à extremidade sociológica, menos o grupo-alvo estará dependente dos proponentes e, portanto, mais empoderados e participativos no processo. Neste sentido, os resultados mais duradouros estão próximos da extremidade sociológica, uma vez que pela transformação das práticas sociais e maior envolvimento do grupo-alvo diminui-se a dependência de agentes externos, aumentando a probabilidade de sustentação das iniciativas por um longo período.

Ao mesmo tempo, sabendo que a inovação social é um processo contínuo, entende-se que ela pode tanto se posicionar em qualquer parte do *continuum* ao longo do tempo, quanto ter fases mais ou menos próximas de determinada extremidade. Mesmo assim, ainda é predominante a lógica organizacional de prover produtos ou serviços na tentativa de resolver um problema social aparente em oposição à identificação e atendimento das necessidades reais das pessoas (CHALMERS, 2013). Por este motivo, existe na literatura a assimilação das inovações mais sociológicas como radicais ou disruptivas e das mais utilitaristas como incrementais ou funcionais (BOUCHARD, 2012; NICHOLLS; MURDOCK, 2012).

Porém, acredita-se que a atribuição do sentido de radical ou incremental é tão subjetiva quanto a percepção do que é considerado bom ou novo. Diante disso, argumenta-se que a inovação social pode ter períodos radicais e incrementais, mas estes não estão associados direta e unicamente ao caráter utilitarista ou sociológico da iniciativa implementada. Isso implica dizer que independentemente da posição que a inovação social se situa no *continuum* apresentado, esta pode configurar-se como radical ou incremental. Dessa forma, as transições entre mudanças radicais e incrementais são alusivas ao processo de inovação social e devem ser interpretadas de acordo com o contexto e atores em questão. Neste sentido, sua análise deve visar a compreensão de como os envolvidos criam e modificam as práticas de inovação social, valorizando as percepções que eles têm do fenômeno. Por consequência, será possível identificar o significado que a mudança social empreendida teve para os envolvidos no contexto estudado. Este assunto será discutido a seguir.

3 O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL

Assim como ocorre com os estudos em inovação social, Schatzki (2001) aponta que os estudos baseados em prática (EBP) não dispõem de uma abordagem integrada. Por outro lado, conforme o mesmo autor, é comum às diferentes teorias a percepção das práticas como conjuntos de atividades coletivas mediadas por entendimentos compartilhados. Diante disso, ao adotar o olhar filosófico da inovação social como prática, intenciona-se descobrir como tais práticas emergem e transformam o contexto (CAJAIBA-SANTANA, 2014; HOWALDT;

KOPP; SCHWARZ, 2015). Portanto, analisar o seu processo envolve a “compreensão de como são produzidas e reproduzidas as formas de organizar dos atores sociais” (BISPO, 2013, p. 18).

Neste sentido, as inovações estão relacionadas à evolução da sociedade e, por esta razão, mantém-se em fluxo constante (HOCHGERNER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Neste raciocínio, seja como resposta às desigualdades sociais ou não, elas emergem porque as demandas em questão podem ser atendidas de maneira mais eficaz, o que reforça o grau de novidade das inovações (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; PATIAS et al., 2015). Portanto, ao pesquisar a situação anterior à mudança social, é importante identificar os gatilhos que conduziram a ela, o que acaba por incluir tomar conhecimento das disfunções nas práticas correntes na percepção dos envolvidos no processo.

Ao mesmo tempo, não há clareza a respeito de como ocorre o surgimento e posterior difusão da inovação social (HOCHGERNER, 2012). Por outro lado, as necessidades de responder a uma demanda local ou desafio social parecem ser os principais gatilhos que conduzem ao desenvolvimento das inovações, enquanto iniciativas públicas ou enfoques de movimentos sociais as produzem em menor medida (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Adicionalmente, alguns autores (SHARRA; NYSSSENS, 2010; NEUMEIER, 2012; PHILLIPS et al., 2015; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016) defendem que elas se manifestam e se desenvolvem por meio da aprendizagem coletiva inerente às interações entre os envolvidos em um processo lento, contínuo e cultural.

Nesta compreensão, corrobora-se que o surgimento de novas práticas pressupõe a mudança de práticas estabelecidas (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Assim, as práticas correntes podem ser reconfiguradas por meio da auto-organização ou cooperação entre setores, por exemplo, em um processo prolongado e contingente de reflexão e aprendizagem sujeito às leis do próprio grupo (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Consequentemente, há que se atentar às interações entre os indivíduos atuantes nas dinâmicas de mudança das práticas que, por sua vez, são tácitas e simbólicas em grande medida (BISPO, 2013).

Neste sentido, infere-se que a mudança social provocada pelas inovações é resultante de diversas pequenas mudanças peculiares às interações supracitadas, ocorrendo em um processo repetitivo até que a nova prática se estabeleça (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Sob esta perspectiva, não há espaço para o determinismo, isto é, não se enfoca como estruturas sociais ou forças exógenas encorajam e/ou limitam as ações dos agentes envolvidos na criação das inovações (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Assim, direciona-se a atenção a como os indivíduos interagem interpretando e modificando estas regras, normas, rotinas, valores e tradições e a como se forma a cadeia de ações empreendidas por eles no intuito de reconfigurar a maneira de alcançar os objetivos sociais.

A partir deste raciocínio, fortalece-se a interpretação das inovações sociais como dependentes do contexto (MOULAERT et al., 2005; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; CAJAIBA-SANTANA, 2014; PATIAS et al., 2015), uma vez que estas se constituem de práticas situadas embebidas de significados e sentidos compartilhados por aqueles que desempenham a ação (BISPO, 2013). Por esta razão, os aspectos culturais específicos ao grupo e ambiente em que atuam precisam ser decodificados a fim de compreender com maior clareza as dinâmicas de mudança das práticas (HOCHGERNER, 2012; LYON, 2012; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).

Dessa forma, reconhece-se que a análise do processo sob a ótica da rede de inovação social na investigação empírica deve contemplar os seguintes aspectos: (1) as novas práticas geradas (CAJAIBA-SANTANA, 2014; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015); (2) as interações entre os atores envolvidos (LYON, 2012; BISPO, 2013; AGOSTINI et al., 2016) e (3) a mudança no contexto: situação anterior e posterior (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ,

2015; MAURER; SILVA, 2015). Por outro lado, ainda não existem conceitos consistentes da inovação social como prática que sejam adequados à investigação empírica e, por consequência, abre-se espaço para a utilização de novas abordagens teóricas e metodológicas (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; AGOSTINI et al., 2016). Ademais, os métodos de pesquisa utilizados são, majoritariamente, qualitativos, tais como a teoria ator-rede e estudos de caso (PELKA; TERSTRIEP, 2016).

Diante do exposto, percebe-se propício o uso da etnometodologia garfinkeliana para a análise das práticas de inovação social, pois esta é uma abordagem teórico-metodológica que busca a compreensão do fenômeno social tendo por base as atividades cotidianas de determinado grupo e as práticas oriundas delas sob a ótica dos envolvidos (BISPO; GODOY, 2014). A partir deste raciocínio, enfocam-se como os indivíduos criam e modificam suas práticas constantemente, intencionando a compreensão dos métodos empregados por eles nesta conjuntura. Portanto, ao invés de separar a análise em níveis diferentes, tais como agente/estrutura e sujeito/objeto, busca-se entender as ações empreendidas e os significados que são compartilhados na interpretação de sua realidade (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).

Em contrapartida, são encontradas na literatura de inovação social diversas menções à sua concepção como um fenômeno multinível, sugerindo a análise do seu processo em perspectivas micro, *meso* e/ou macro (SHARRA; NYSSSENS, 2010; NICHOLLS; MURDOCK, 2012; EUROPEAN COMISSION, 2013; GRIMM et al., 2013; BOUCHARD et al., 2015). No entanto, nem sempre os conceitos do que constituem estes níveis são comuns. Assim, de maneira geral, esta divisão em níveis faz referência às interações entre indivíduos e organizações em um contexto territorial, setorial e histórico. Complementarmente, a European Comission (2013) reconhece que não há razão para privilegiar um nível de análise em detrimento a outro. Inclusive, estudar mais de um ao mesmo tempo pode produzir resultados e descobertas importantes, sendo bastante valoroso (ibidem).

Em vista disso, percebe-se que os elementos de análise dos níveis micro (indivíduos) e *meso* (organizações) estão contemplados na concepção de rede de inovação social, pois esta pressupõe interações entre diferentes atores organizacionais, ou seja, grupos e indivíduos. Portanto, ao se adotar uma postura etnometodológica, a análise do processo de inovação social não deve fazer referência a níveis, mas compreender a existência de participações mais ou menos ativas dos atores, incluindo o grupo-alvo, no desenvolvimento das práticas. Dessa maneira, ao focar nas atividades que constituem a prática e como elas são realizadas, naturalmente os elementos referenciados pelos autores de IS nos diferentes níveis serão apreciados, contudo, preserva-se o posicionamento epistemológico.

Assim sendo, as participações dos atores organizacionais envolvidos no processo podem se dar por sua influência, poder e dinheiro na sustentação econômica das formas assumidas pelas inovações, sendo consideradas relações verticais (MURRAY; MULGAN; CAULIER-GRICE, 2008; LYON, 2012). Também, podem existir participações em que os atores se reconhecem de maneira equitativa e compartilham conhecimentos, ideias, contatos, equipamentos ou ainda indicam os serviços uns dos outros, sendo consideradas relações horizontais (LYON, 2012). A propósito, nem sempre estas parcerias são formalizadas, inclusive, em alguns casos a informalidade é condição necessária para que o relacionamento se mantenha útil e benéfico às partes (ibidem). Em resumo, os tipos de relacionamentos variam com base em quem são os envolvidos, como eles operam, quais atividades são realizadas e em que periodicidade (ibidem).

Além disso, Correia, Oliveira e Gomez (2016) identificaram diferentes papéis exercidos pelos atores organizacionais. Neste sentido, as atividades envolvem diversas etapas do processo, por exemplo: o mapeamento do contexto de crise, a identificação da iniciativa adequada ao contexto, a mobilização de outros atores, o desenvolvimento de habilidades, a

avaliação e disseminação da inovação em outras regiões, assim como a geração de transformações sociais. Assim, os atores organizacionais podem ter participações mais ou menos ativas de acordo com o estágio da inovação social (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Inclusive, pode haver a participação ativa do grupo-alvo, constituindo espaços colaborativos que consideram suas demandas genuínas (SHARRA; NYSSSENS, 2010; CHALMERS, 2013).

Contudo, na maior parte das vezes os parceiros atuam independentemente, sem articular ações integradas e, por sua vez, compartilhar ideias, valores, problemas, conhecimentos e recursos (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Em virtude disso, ao invés de existir uma rede colaborativa, tem-se uma rede compartimentalizada, formada por grupos dispersos e com propósitos desconectados (CHALMERS, 2013). Por esta razão, pode ser mais difícil atender às complexidades dos desafios sociais e suas causas subjacentes (ibidem). Diante disso, percebe-se ser adequado pensar a inovação social sob uma perspectiva de inovação aberta, isto é, com o desenvolvimento de ações nutridas por fluxos de troca entre ambiente interno e externo que levam à aprendizagem coletiva (CHESBROUGH, 2003; CHALMERS, 2013; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016; SILVA; BITENCOURT, 2016).

Neste contexto, faz sentido que as inovações sociais sejam desenvolvidas por grupos com interesses alinhados, que compartilhem de um mesmo propósito (NEUMEIER, 2012; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Assim sendo, este processo leva também à mudança dos próprios atores envolvidos, desencadeando mudanças de atitudes, comportamentos e percepções que, por sua vez, conduzem às transformações das práticas estabelecidas (ibidem). Diante disso, argumenta-se que a chave para compreender o sucesso das inovações sociais, isto é, desvendar quanto o que se observa é de fato uma IS, relaciona-se aos aspectos relacionados à legitimação de uma nova prática.

Neste sentido, esta legitimação ocorre com a consolidação da nova prática por meio da continuidade e imitação das ações, levando ao reconhecimento social das atividades, ou seja, tornando-se rotina (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015). Com base nisso, ainda que não seja fácil ou mesmo possível apontar claramente os fatores determinantes para o sucesso da inovação, conforme aponta Neumeier (2012), compreender como os indivíduos agem com vistas à consolidação das práticas lança luz a respeito dos aspectos que contribuem para tanto (HOCHGERNER, 2012).

Diante do exposto, é importante salientar a diferença entre os conceitos de replicabilidade e imitação discutidos neste ensaio. Assim sendo, entende-se por replicabilidade a possibilidade de reproduzir determinado elemento sob outras circunstâncias de tempo e/ou lugar (CHOI; MAJUMDAR, 2015). Enquanto isso, a imitação das ações se refere aos processos de aprendizagem coletiva inerentes às interações entre os indivíduos que podem atingir tal proporção que permite a adoção de iniciativas de inovação social em outras esferas ou contextos (NEUMEIER, 2012; HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Assim sendo, a distinção reside no fato de que a reprodução das iniciativas na ótica da imitação considera os aspectos culturais e dependentes do contexto, enquanto que na replicabilidade predomina uma lógica de transferência do elemento ao novo contexto.

Neste sentido, percebe-se que a replicabilidade está associada a uma perspectiva de difusão em um viés mais tecnológico, em que se parte da convicção de que as inovações são exequíveis e o grande problema é convencer os grupos de adotá-la (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Por outro lado, a imitação é empreendida pelos indivíduos do outro contexto dando início a processos de aprendizagem e reflexão que expõem problemas nas práticas correntes e permitem a geração de novas práticas (ibidem). Partindo destas discussões, apresentam-se na próxima seção os desdobramentos e implicações metodológicas oriundos da concepção da inovação social como prática.

3 DESDOBRAMENTOS E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Em vista da diversidade de conceitos presentes nos estudos das bases teóricas utilizadas neste ensaio, assim como a dificuldade de perceber claramente como estes podem ser pesquisados empiricamente a partir da etnometodologia, organizou-se no Quadro 1 a seguir as definições constitutivas, que contemplam termos com significados claros em sua exposição, e as definições operacionais, que contemplam a especificação dos procedimentos ou atividades necessárias à manipulação ou medição do que se pretende pesquisar, destes conceitos (GRESSLER, 2004).

Quadro 1 – Definições Constitutivas e Operacionais da Pesquisa

Termo	Definição Constitutiva	Definição Operacional
Prática	“Operações básicas cuja execução e repetição levam à estabilidade e instabilidade, assim como à ordem e ao surgimento de algo novo” (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015, p. 43).	São consideradas práticas os conjuntos socialmente reconhecidos de atividades, situados num contexto de significados compartilhados e organizadas coletivamente. São investigadas por meio da compreensão de como tais atividades são realizadas a partir dos métodos empregados pelos indivíduos.
Inovação social	“Novas práticas sociais criadas a partir de ações coletivas, intencionais e orientadas a um objetivo, visando a mudança social por meio da reconfiguração de como os objetivos são alcançados” (CAJAIBA-SANTANA, 2014, p.44).	São consideradas inovações sociais as novas práticas que geram maiores impactos no contexto estudado com base nos indicadores alimentados pela própria ONG e nas percepções dos indivíduos beneficiados, permitindo também a análise de uma situação anterior e posterior à sua existência. Assim, as inovações sociais são investigadas conforme a definição operacional do termo “prática”.
Rede de inovação social	Conjunto de atores organizados em um processo colaborativo viabilizando e demandando a participação de todos de forma coordenada no desenvolvimento das inovações sociais (SILVA; BITENCOURT, 2016).	É analisada a partir da identificação das participações mais ou menos ativas dos diferentes atores organizacionais, incluindo o grupo-alvo, que se relacionam ao desenvolvimento das inovações sociais estudadas.
Participação mais ativa do ator organizacional	O envolvimento mais frequente em atividades e transações, estando presente constantemente (COLLIN, 2006).	É analisada de acordo com a frequência de presença, física ou virtual, dos indivíduos vinculados à determinada organização nas atividades que constituem as práticas de inovação social.
Participação menos ativa do ator organizacional	O envolvimento menos frequente em atividades e transações, estando presente esporadicamente (COLLIN, 2006).	É analisada de acordo com a frequência de presença, física ou virtual, dos indivíduos vinculados à determinada organização nas atividades que constituem as práticas de inovação social.
Intangibilidade	Aquilo que não tem substância física, como máquinas, equipamentos, estoques, entre outros (LACOMBE, 2009).	É analisada a partir dos conjuntos de atividades que constituem as práticas de inovação social estudadas, averiguando se os meios que materializam a prática possuem mais ou menos substância física.
IrrePLICabilidade	Elemento que não pode ser duplicado sob outras circunstâncias de tempo e/ou lugar (CHOI; MAJUMDAR, 2015).	É analisada de acordo com o aspecto tangibilidade, permitindo identificar os elementos mais fáceis de se reproduzir sob outras circunstâncias de tempo e/ou lugar em uma lógica de transferência do referido elemento.
Empoderamento	Processo de busca por autonomia e autodeterminação, em que se desenvolve um senso de poder pessoal, o que não exclui a possibilidade de o indivíduo ser ajudado nesta trajetória por	É analisado a partir da comparação da situação anterior e posterior, visando a identificação da percepção de poder pessoal, autonomia e autodeterminação que os beneficiados pelas inovações sociais têm deles mesmos.

	profissionais ou agentes externos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009; GONZALEZ-MENA, 2015).	
Durabilidade	Aquilo que tem longa vida útil (DUARTE, 2011).	É analisada a partir do empoderamento dos beneficiados, permitindo identificar a continuidade dos resultados das mudanças realizadas.

Fonte: Elaboração Própria (2017)

Neste sentido, ao conduzir uma pesquisa etnometodológica com o objetivo de analisar o desenvolvimento das práticas de inovação social, deve-se buscar compreender os métodos empregados pelos membros na realização de suas atividades, admitindo-os como *experts* do fenômeno (RAWLS, 2008; BISPO; GODOY, 2014). Além disso, em investigações empíricas que adotam esta perspectiva, o pesquisador não deve partir de concepções e questões *a priori*, o que é chamado de indiferença etnometodológica (ibidem). Dessa forma, o foco da pesquisa é a produção, reprodução e modificação das práticas a partir das interações cotidianas entre os atores. Por esta razão, sugere-se primeiramente a inserção do pesquisador no campo a fim de permitir que as práticas de inovação social a serem estudadas emergjam durante o processo.

Diante disso, a análise dos dados na etnometodologia ocorre de maneira interpretativa visando a compreensão dos significados compartilhados entre os indivíduos (TEN HAVE, 2004). Assim sendo, a chave é estar seguro de que os sentidos atribuídos às interpretações representam a realidade vivida no contexto estudado (TEN HAVE, 2004). Portanto, não existe um caminho único para aplicar este método, nem mesmo modelos prescritivos de como coletar ou analisar os dados. Ao mesmo tempo, Bispo e Godoy (2014, p. 129) organizaram em um quadro os cinco conceitos-chave da etnometodologia garfinkeliana que podem ser utilizados como um guia para análise e interpretação dos dados etnometodológicos.

Adicionalmente, Bispo e Godoy (2014) reforçam que este quadro não deve ser interpretado como uma proposta prescritiva, inclusive por contrariar os pressupostos etnometodológicos. Por este motivo, tais questões servem como orientações de como averiguar as características associadas a cada conceito-chave. Neste sentido, com o intuito de tornar mais visível os principais vínculos existentes entre os desdobramentos metodológicos decorrentes do uso dos conceitos-chave da etnometodologia garfinkeliana para análise dos dados e os pressupostos teóricos de inovação social utilizados, criou-se o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Vínculos entre Desdobramentos Metodológicos e Pressupostos Teóricos

Conceito-chave	Pressuposto Teórico
Prática / Realização	As inovações sociais se originam a partir de pequenas mudanças peculiares às interações entre os indivíduos, ocorrendo em um processo repetitivo até que a nova prática se estabeleça (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015), envolvendo processos de aprendizagem coletiva e reflexão sujeito às leis do próprio grupo (ibidem). Assim, pela continuidade e imitação das ações, as práticas são legitimadas (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015).
Indicialidade	As práticas de inovação social são dependentes do contexto (CAJAIBA-SANTANA, 2014) por estarem embebidas de significados e sentidos compartilhados por aqueles que desempenham a ação (BISPO, 2013). Logo, os aspectos culturais específicos ao grupo e ambiente em que atuam precisam ser decodificados (HOCHGERNER, 2012; LYON, 2012; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).
Reflexividade	A análise do processo de inovação social é mais frutífera sob uma perspectiva longitudinal que envolva a comparação de uma situação anterior e outra posterior (MAURER; SILVA, 2015; AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016), percebendo quais eram as disfunções nas práticas que foram modificadas (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).
Relatabilidade	O desenvolvimento de inovações sociais envolve dinâmicas de mudança (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Neste sentido, compreender como as práticas são produzidas, reproduzidas e modificadas envolve investigar atividades inteligíveis e valorizar como os

	indivíduos descrevem os porquês de suas ações.
Noção de Membro	Os aspectos culturais específicos ao grupo (HOCHGERNER, 2012; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015) são compartilhados por aqueles que possuem uma participação mais ativa no desenvolvimento das inovações sociais. Dessa maneira, os tipos de relacionamentos variam com base em quem são os envolvidos, como eles operam, quais atividades são realizadas e em que periodicidade (LYON, 2012).

Fonte: Elaboração Própria (2017)

Dessa maneira, espera-se que os Quadros 1 e 2 possam ser utilizados como norteadores nas investigações empíricas baseadas na etnometodologia quando se adota a concepção de inovação social desenvolvida neste ensaio teórico.

4 CONCLUSÕES

Ao longo deste ensaio, foram discutidos os impasses que geram ambiguidade conceitual dentro do tema buscando desenvolver uma concepção teórica integrativa e apontar os desdobramentos metodológicos necessários à sua investigação empírica. Em retrospecto, as divergências identificadas foram: o uso do termo inovação social em referência a processos e/ou resultados, as fontes de inovação social (quem a promove), bem como a discordância a respeito dos resultados (o que é produzido) e sua abrangência (quem é afetado). Diante disso, propôs-se, primeiramente, que a inovação social é uma prática e, como tal, pode apresentar formas mais ou menos duráveis, intangíveis, irreplicáveis, empoderadoras e empreendidas por atores organizacionais com participações mais ou menos ativas que engendram um processo colaborativo no desenvolvimento das práticas, constituindo uma rede de inovação social.

Neste contexto, apresentou-se um *continuum* baseado na analogia ao dilema para solução da pobreza (dar o peixe ou ensinar a pescar?) para compreensão das inovações visando explicitar elementos que superam os impasses supracitados. Ademais, sendo a inovação uma prática, entende-se que a unidade de análise adequada às pesquisas nesta perspectiva são as próprias práticas e seus meios de materialização, o que envolve, por consequência, seus processos e resultados. Neste sentido, as fontes de inovação social podem ser múltiplas e ela pode não ser realizada exclusivamente pelo terceiro setor (por sua característica de atender demandas não supridas pelo mercado) e/ou para um determinado público (pela associação deste tipo de inovação com desafios e problemas sociais de grupos marginalizados). Complementarmente, salienta-se que as práticas de inovação social intencionam a mudança no comportamento coletivo, assim, podem surgir visando aproveitar oportunidades mercadológicas ou minimizar as discrepâncias entre os estratos sociais.

Além disso, sob a perspectiva da segunda proposição delineada neste ensaio, argumentou-se que, uma vez que a etnometodologia garfinkeliana enfoca os métodos empregados pelos indivíduos na criação e modificação de suas práticas, este é um caminho adequado à investigação empírica. Em virtude disso, foram criados os Quadros 1 e 2 com o intuito evidenciar a atuação do pesquisador em campo e os vínculos existentes entre os pressupostos etnometodológicos e as abordagens teóricas de inovação social a fim de nortear as pesquisas empíricas nesta perspectiva. Por fim, reconhece-se a limitação deste ensaio teórico por utilizar apenas duas bases de dados na revisão de literatura e priorizar a utilização de artigos da área de administração e negócios. Ao mesmo tempo, acredita-se ser frutífera a realização de pesquisas que analisem as práticas de inovação social para gerar novas reflexões a respeito das percepções apresentadas neste ensaio e contribuir para a consolidação teórica do tema.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AYOB, N.; TEASDALE, S.; FAGAN, K. How Social Innovation ‘Came to Be’: Tracing the Evolution of a Contested Concept. **Journal of Social Policy**, v. 45, n.4, p. 635-653, 2016.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- BISPO, M. Estudos Baseados em Prática: Conceitos, História e Perspectivas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 13-33, 2013.
- BISPO, M. S.; GODOY, A. S. Etnometodologia: Uma Proposta para Pesquisa em Estudos Organizacionais. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 12, n. 2, p. 108-135, 2014.
- BOUCHARD, M. J. Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing sector. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 47-59, 2012.
- BOUCHARD, M. J. et al. A Relational Database to Understand Social Innovation and Its Impact on Social Transformation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M (Org.). **New Frontiers In Social Innovation Research**. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 69-85.
- CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014.
- CHALMERS, D. Social innovation: An exploration of the barriers faced by innovating organizations in the social economy. **Local Economy**, v. 28, n. 1, p. 17-34, 2012.
- CHESBROUGH, H. W. The era of open innovation. **Sloan Management Review**, v. 44, n. 3, p. 35-41, 2003.
- CHOI, N.; MAJUMDAR, S. Social Innovation: Towards a Conceptualisation. In: MAJUMDAR, S.; GUHA, S.; MARAKKATH, N. (Ed.). **Technology and Innovation for Social Change**. Springer India, 2015, p. 7-34.
- COLLIN, P. **Dictionary of business**. London: A & C Black Publishers Ltd, 2006.
- CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V.; GOMEZ, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 102-133, 2016.
- DAWSON, P.; DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional framework. **International Journal of Technology Management**, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2010.
- DUARTE, G. Dicionário de administração e negócios. **KindleBookBr**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/81DBck>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

EDWARDS- SCHACHTER, M. E.; MATTI, C. E.; ALCÁNTARA, E. Fostering quality of life through social innovation: A living lab methodology study case. **Review of Policy Research**, v. 29, n. 6, p. 672-692, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Social innovation research in the European Union: Approaches, findings and future directions. Policy Review.** Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.

GRESSLER, L. A. **Introdução à Pesquisa.** São Paulo: Loyola, 2004.

GRIMM, R. et al. Social innovation, an answer to contemporary societal challenges? Locating the concept in theory and practice. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 26, n. 4, p. 436-455, 2013.

HOCHGERNER, J. New Combinations of Social Practices in the Knowledge Society. In: FRANZ, H.-W.; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. (Ed.). **Challenge Social Innovation: Potentials for Business, Social Entrepreneurship, Welfare and Civil Society.** Springer, 2012, p. 87-104.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Social Innovation: towards a new innovation paradigm. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 20-44, 2016.

HOWALDT, J.; KOPP, R.; SCHWARZ, M. Social Innovation as Drivers of Social Change – Exploring Tarde’s Contribution to Social Innovation Theory Building. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M (Org.). **New Frontiers In Social Innovation Research.** New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 29-51.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. Social innovation: concepts, research fields and international trends. In: HENNING, K.; HEES, F. (Ed.). **Studies for Innovation in a Modern Working Environment – International Monitoring**, 1 ed. Aachen: IMA/ZLW & IfU – RWTH Aachen University, 2010.

IWAMOTO, H. M.; CANÇADO, A. C. Inovação Social e Emancipação: possíveis convergências. **Anais do XL Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD.** Costa do Sauípe: ANPAD, 25-28/09/2016.

LACOMBE, F. **Dicionário de negócios: mais de 6.000 termos em inglês e português.** São Paulo: Saraiva, 2009.

LYON, F. Social Innovation, Co-operation, and Competition: Inter-organizational Relations for Social Enterprises in the Delivery of Public Services. In: NICHOLLS, A.; MURDOCK, A (Ed.). **Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets.** New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 139-161.

MAURER, A. M.; SILVA; T. N. Como as Inovações Sociais criam e sustentam suas Práticas? Integrando Entendimentos de Inovação Social e Teoria de Práticas. **Anais do XXXIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD.** Belo Horizonte: ANPAD, 13-16/09/2015.

MONTGOMERY, T. Are Social Innovation Paradigms Incommensurable?. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, p. 1979-2000.

MOULAERT, F. et al. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, G. et al. **Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated**. London: The Basingstoke Press, 2007.

MURRAY, R.; MULGAN, G.; CAULIER-GRICE, J. How to Innovate: The tools for social innovation – circulated for comment. **The Young Foundation Resources**, 2008. Disponível em: < <http://migre.me/wlCiL>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 48-69, 2012.

NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. The Nature of Social Innovation. In: NICHOLLS, A.; MURDOCK, A (Ed.). **Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets**. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 1-30.

NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. Introduction: Dimensions of Social Innovation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M (Org.). **New Frontiers In Social Innovation Research**. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 1-26.

PATIAS, T. Z. et al. A Constituição da Inovação Social como Campo de Pesquisa: um Resgate Teórico e uma Agenda para Trabalhos Futuros. **Anais do XXXIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD**. Belo Horizonte: ANPAD, 13-16/09/2015.

PELKA, B.; TERSTRIEP, J. Mapping Social Innovation Maps: The State of Research Practice across Europe. **European Public & Social Innovation Review**, San Sebastián, v. 1, n. 1, p. 3-16, 2016.

PHILLIPS, W. et al. Social Innovation and Social Entrepreneurship: A Systematic Review. **Group & Organization Management**, v. 40, n. 3, p. 428-461, 2015.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, n. 6, p. 878-885, 2009.

RAWLS, A. W. Harold Garfinkel, Ethnomethodology and Workplace Studies. **Organization Studies**, v. 29, n. 05, p.701-732, 2008.

SCHATZKI, T. R. Introduction: Practice Theory. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. (Ed.). **The Practice Turn In Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001, p. 10-23.

SHARRA, R.; NYSSSENS, M. Social innovation: an Interdisciplinary and Critical Review of the Concept. **Université Catholique de Louvain Belgium**, p. 1-15, 2010.

SILVA, S. B.; BITENCOURT, C. C. Rumo a um Quadro Conceitual para o Estudo de “Redes de Inovação Social”. **Anais do IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – Eneo**. Belo Horizonte: ANPAD, 15-17/05/2016.

SILVEIRA, F. F.; ZILBER, S. N. Is social innovation about innovation? A bibliometric study identifying the main authors, citations and co-citations over 20 years. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**. No prelo.

TEN HAVE, P. **Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology**. London: Sage, 2004.

TORRACO, R. J. Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence- informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

VAN DER HAVE, R. P.; RUBALCABA, L. Social innovation research: An emerging area of innovation studies? **Research Policy**, v. 45, n. 9, p. 1923-1935, 2016.